

Teoria e crítica do conhecimento nos estudos literários*

Theory and critique of knowledge in literary studies

*Rejane Pivetta de Oliveira***

Resumo

Nos estudos literários, não raro a teoria tem sido tomada como sinônimo de aplicação mecânica de conceitos à interpretação das obras, o que a destitui da dimensão de crítica do conhecimento, dissolvendo seu poder de resistência aos paradigmas epistemológicos dominantes. Neste artigo, com apoio sobretudo em ideias de Paul De Man, Pierre Bourdieu e Boaventura de Souza Santos, tratamos sobre o papel da teoria no estabelecimento de concepções acerca da literatura e dos modos de investigá-la.

Palavras-chave

Teoria; literatura; paradigmas epistemológicos; resistência.

Abstract

In literary studies, theory has often been taken as a synonym of a mechanical application of concepts to the interpretation of the works, which has deprived it of the critical dimension of knowledge, dissolving its resistance power against dominant epistemological paradigms. In this article, mainly through the support of Paul de Man, Pierre Bourdieu and Boaventura de Souza Santos' ideas, we discuss the role of theory in the establishment of conceptions regarding the literature and the ways of investigating it.

Keywords

Theory; literature; epistemological paradigms; resistance.

* Artigo convidado.

** Doutora em Teoria da Literatura, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras UniRitter – Porto Alegre.

[...] .apesar de todas as suas publicações e de sua reputação acadêmica crescente, para Delphine era sempre difícil lidar com a literatura por meio da teoria literária (ROTH, 2002, p. 339)

DELPHINE, PERSONAGEM DO ROMANCE *A MARCA HUMANA*, de Philip Roth, é uma professora universitária de literatura, reconhecida pelo domínio de modernas teorias francesas. A teoria funciona, para Delphine, como um artifício para a sua ascensão acadêmica: quanto mais mantém-se atualizada com os discursos teóricos, habilmente transformados em aparato para a análise de autores canônicos – aqueles que ela vê-se obrigada a admirar –, mais o seu prestígio consolida-se. No entanto, não é esta a verdadeira aproximação que Delphine deseja da literatura, ela simplesmente cede ao jogo da academia, assume as regras que, sabe, conferem-lhe distinção. O preço da linguagem do sucesso é a sensação de sentir-se “cada vez menos autêntica”, como nos revela o narrador, a propósito da admiração de Delphine por Milan Kundera:

Há momento em que ela sente até mesmo estar traindo Milan Kundera, e assim, em silêncio, quando está sozinha, mentaliza a figura de Kundera e se dirige a ela, pedindo-lhe perdão. Em suas conferências, Kundera pretendia libertar a inteligência da sofisticação francesa, falar do romance como algo que tem a ver com seres humanos e com a *comédie humaine*; sua intenção era libertar seus alunos das armadilhas tentadoras do estruturalismo e do formalismo e da obsessão com a modernidade, purgá-los das teorias francesas que lhes haviam incutido; ouvi-lo havia sido para ela um grande alívio, porque, apesar de todas as suas publicações e de sua reputação acadêmica crescente, para Delphine era sempre difícil lidar com a literatura por meio da teoria literária (ROTH, Philip, 2002, p. 339).

O comportamento de Delphine descreve um caso típico de introjeção do *habitus*, termo com o qual Pierre Bourdieu (de novo, a teoria francesa...) designa o conjunto de disposições interiorizadas que estruturam práticas e representações, constituindo-se em *matriz de percepções, apreciações e de ações* (1994, p. 65). Não se trata, contudo, da condenação pura e simples da teoria, mas da necessidade de reavaliação de seu papel na produção de conhecimento, ultrapassando o caráter de discurso codificado, hermético e desvinculado da prática, o que esvazia o seu potencial de “resistência” (DE MAN, 1989) à ordenação do método.

A noção de que a teoria não passa de um conjunto de princípios e leis abstraídos dos objetos reforça a clássica dicotomia entre teoria e prática, no fundo insustentável,

pois o próprio caráter de objetividade, típico da ciência moderna, busca nos fenômenos a sustentação dos conceitos, os quais servem de chave de acesso à realidade que descrevem. Conforme salienta Wlad Godzich, no prefácio ao livro *A resistência à teoria*, de Paul De Man, na acepção grega da palavra (*theorein*, que significa contemplar, observar), a teoria é uma espécie de atestação dos fatos, feita por testemunhas autorizadas (os *theoros*), responsáveis pelo relato daquilo que se sucedeu, cujos argumentos são suscetíveis de debate público e averiguação. Assim, “A idéia original de *theoria* contém uma dimensão social da certificação dos acontecimentos, sonogada no conceito corrente de teoria” (GODZICH, 1989, p. 13).

Contudo, a teoria não é capaz de dar conta da complexidade do que existe, assim como não é aceitável considerar a existência das coisas apenas na medida em que concebidas teoricamente. Para que serve, então, a teoria? No mínimo, instiga-nos a olhar para os fenômenos como problemas dignos de reflexão e questionamento e, num passo mais largo, introduz a crítica sobre a linguagem como forma de apreensão da realidade. O limite da teoria está na pretensão de exercer domínio sobre o objeto, deixando de ser o lugar do pensamento para se transformar na aplicação de conceitos, que em geral conformam a realidade aos termos estabelecidos *a priori*.

No âmbito das ciências humanas, onde se situam os estudos literários, a noção de teoria não se dá em função de uma objetividade empírica, pois não há propriamente uma explicação a ser confirmada com base na existência de fenômenos concretos da realidade (muito embora a pesquisa empírica não esteja fora do horizonte da literatura¹). Wolfgang Iser estabelece uma diferença entre a “teoria *hard-core*”, que faz previsões e descobre leis que governam os fenômenos; e a “teoria *soft*”, que combina diferentes pressupostos, na tentativa de mapear determinado domínio de conhecimento (2006, p. 5). No caso dos estudos literários, a teoria assume um caráter de interpretação, que busca dar um sentido ao objeto, a partir de um arranjo lógico e coerente de argumentos. São poucos os trabalhos, no campo da pesquisa literária, que oferecem explicações sobre a ocorrência de determinados fenômenos, com base na descrição de dados concretos da realidade, vistos não como complementares, mas constitutivos do objeto literário.

¹ Cabe aqui a referência à ciência da literatura de orientação empírica, cujo projeto foi esboçado por Siegfried J. Schmidt. Nessa perspectiva, o conhecimento da obra é acessado a partir de dados empíricos, sejam as ações sociais ou individuais, que participam do processo literário. Para maiores informações, consultar, OLINTO, Heidrun Krieger, 1989.

A teoria é em geral apropriada pelos estudos literários como ferramenta para a interpretação das obras. Em levantamento feito através da leitura de resumos de teses defendidas em programas de pós-graduação de universidades brasileiras, verificamos o grande número de trabalhos que se valem da aplicação direta de aportes conceituais à leitura das obras, tomadas assim como exemplos de determinados conceitos, advindos de variados campos do saber, como a filosofia, a psicanálise, a sociologia, entre outros (OLIVEIRA, 2009)². Em geral, tais análises, de cunho hermenêutico, mantêm-se nos estritos limites do texto, nos seus mecanismos internos de funcionamento, articulados a um dado quadro teórico.

São muitas as possibilidades de estudo da literatura, não cabendo referendar ou descartar esta ou aquela opção. Importa pensar a relação entre os modos como o conhecimento literário institui-se na universidade e a existência de um paradigma dominante que reforça uma concepção de teoria que podemos chamar de instrumental. De outra parte, cabe salientar que esse *modus operandi* da teoria não é isento de conseqüências sobre as práticas de ensino da literatura. O destaque conferido à teoria literária como mera aplicação de conceitos à leitura de obras revela uma certa concepção epistemológica, que talvez possamos vincular ao paradigma fixado por Aristóteles, em sua *Poética*, no século IV a. C.

O pensamento sobre a literatura atravessa séculos fortemente marcado pelas concepções iniciais que definiram a literatura da forma como, ainda hoje, *grosso modo*, a conhecemos: composição de linguagem baseada no princípio da mimese, segundo o critério da verossimilhança, resultando na produção de certos efeitos, próprios a cada gênero (ARISTÓTELES, 1993). A teoria aristotélica, ao delinear o campo das investigações literárias, propondo conceitos e categorias de análise e avaliação das obras, modelou, também, a forma dos estudos que se seguiram.

Desse modo, podemos identificar, da herança aristotélica, duas vertentes de estudos que ainda hoje persistem com grande vigor. Em primeiro lugar, as análises

² A pesquisa consistiu na análise de 305 resumos, a partir dos quais foram identificadas as principais orientações seguidas pela pesquisa literária. De maneira maciça (43,6 %), apareceram como dominantes a categoria de estudos teóricos aplicados à interpretação de obras, como produção de linguagem isolada de qualquer dado exterior ao próprio texto, e a categoria das análises sócio-históricas (44,6 %) que analisa a obra em termos de representação de elementos da realidade, como dado complementar à interpretação. Outras categorias de estudos são as análises de problematização teórica, as empíricas e as sistêmicas. Maiores informações sobre a pesquisa podem ser acessadas em <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/149/77>

sociológicas e históricas, apoiadas na concepção de mimese, que se ocupam de relacionar a obra ao contexto social, sob os mais diferentes pressupostos, mas sempre tendo em vista as possibilidades e impasses da representação. Um dado nem sempre lembrado na formulação aristotélica acerca do critério da verossimilhança é que a existência da obra está vinculada aos modelos, normas e valores vigentes na ordem social, em conformidade com os quais ela assegura o seu lugar no cânone. Isso não quer dizer, todavia, que as obras efetivamente se ajustem aos padrões dominantes, mas antes que elas são legitimadas (pelas instâncias competentes) a partir de certas “regras da arte” (BOURDIEU, 1996), que as mantém na centralidade do cânone.

Em segundo lugar, encontram-se as análises de fundo formal (a *mimese*, portanto, como *poiesis*), dedicadas aos mecanismos internos de estruturação do texto, por meio dos quais ele explicita seus sentidos. Tais estudos estão preocupados com os componentes da obra, as modalidades textuais e a descrição de como os significados são produzidos. As variações, desdobramentos e nuances que certamente existem no escopo dessas duas vertentes não mudam a orientação básica dos estudos literários, que ora tendem a acentuar a vertente sociológica, ora a vertente de análise estrutural ou semiótica.

Assim, estudar literatura tem sido, por muito tempo, prestar tributo às formas de representação operadas pelo texto, a partir de seus mecanismos de estruturação. Não parece que isso signifique simplesmente o reconhecimento (de resto inegável) da perspicácia aristotélica ao descrever os elementos característicos da literatura, pela razão de que não há nos fenômenos – sobretudo culturais e estéticos – nenhuma natureza intrínseca, a não ser aquela determinada pelo olhar de quem os observa, por sua vez também afetado pelas condições objetivas em que opera.

Que uma determinada vertente de estudos tenha sido dominante e até hoje se mantenha como *habitus* na academia não significa que estejamos diante de uma natureza da literatura, mas tão somente a existência de uma tradição de pensamento, de uma certa epistemologia, que privilegia determinados aspectos em detrimento de outros. Nos manuais e livros didáticos, a literatura é tradicionalmente estudada como representação de imaginários históricos e nacionais, segundo abordagens que consideram a obra como objeto isolado das relações de produção, circulação e consumo, concentrando-se nos processos de linguagem, tomados autonomamente. Eis aí um

problema digno da teoria como crítica ao conhecimento instituído, remetendo-nos ao que afirma Paul De Man:

A verdadeira disputa da teoria literária não é com os seus oponentes polêmicos mas com as suas próprias suposições e possibilidades metodológicas. Devemos nos interrogar sobre a razão porque a teoria literária tem tanta dificuldade em tratar o que lhe diz respeito (1989, p. 33).

Na opinião do autor, a hostilidade à teoria é sustentada por um discurso que a vê como um obstáculo ao ensino e à fruição estética, o que aprofunda o seu descrédito e, conseqüentemente, a resistência que lhe é imposta. Mas o que, afinal, para De Man, deveria ser ensinado pela teoria literária e que provoca tantas reações contrárias? A resposta é dada nos seguintes termos:

A resistência à teoria é uma resistência à utilização da linguagem sobre a linguagem; portanto, uma resistência à própria linguagem e, em última análise, resistência à leitura (1989, p. 33).

A teoria seria, desse ponto de vista, uma espécie de leitura não reduzida à metalinguagem ou à institucionalização de conceitos. A teoria implica uma concepção de linguagem que a impede de ser modelo (DE MAN, 1989, p. 41), colocando em xeque as verdades produzidas pelo discurso. Essa dimensão metateórica promove, antes de tudo, a autorreflexão do conhecimento – o que não é o mesmo que conhecimento crítico, senão que uma crítica do próprio conhecimento (SANTOS, 1989). Assim, não é a negação ou a afirmação de pontos de vista teóricos o que importa – ou a crítica das “teorias”, que proliferam infinitamente – mas a dimensão epistemológica inerente ao pensamento teórico. Como bem assinala Iser, é preciso estabelecer uma diferença entre teoria e discurso: o discurso é determinístico, porquanto delinea fronteiras, enquanto a teoria busca ultrapassá-las e explorar novos territórios (2006, p. 12). Embora haja similaridade entre ambos, a diferença reside nas intenções e resultados de um e de outra. O discurso estabelece padrões para o mundo, organiza e estrutura significados, que podem ser verdadeiros ou falsos. A teoria, por sua vez, não determina ou condiciona sentidos, mas trata de derrubar fronteiras, de explorar novas possibilidades de significado, servindo assim de ferramenta à imaginação humana (ISER, 2006).

Nessa medida, a teoria comporta uma tensão permanente entre métodos de compreensão e o conhecimento que eles permitem alcançar (DE MAN, 1989). A teoria da literatura, à medida que se conforma à aplicação de um modelo à leitura das obras,

nos termos da personagem Delphine do romance de Philip Roth, transforma a literatura em objeto a serviço dos discursos de legitimação. Opondo-se a isso, afirma De Man: “A teoria da literatura surge quando (...) o objeto de discussão passa a ser as modalidades de produção e de recepção de sentido e de valor anteriores ao seu estabelecimento” (1989, p. 27). É no caráter retórico³ da teoria que o autor aposta, pois é justamente ele que “transtorna ideologias enraizadas, revelando a mecânica de seu funcionamento, transtorna o cânone e esbate as fronteiras entre o literário e o não-literário” (DE MAN, p. 32). A função da teoria, enquanto resistência, é a de reagir às forças que tendem a reduzir o alcance cognitivo dos objetos, evitando transformá-los em corpos inertes, mudos e manipuláveis.

Ora, tal empreendimento não se dá fora da vinculação da teoria à ação, o que, no caso dos estudos literários, certamente compromete os paradigmas estabelecidos sob premissas abstratas e definidas *a priori*, que, via de regra, assumem os textos como produtos acabados, unidades orgânicas que encerram em si mesmas as possibilidades de interpretação. As concepções de conhecimento literário sofrem de um certo consenso, legitimando paradigmas de interpretação baseados no exercício hermenêutico feito por especialistas, com o apoio desta ou daquela teoria. Para além do arranjo de significados mais ou menos desvelados por um aparato teórico, a literatura inscreve-se no campo da experiência, formada a partir das interações com as condições e práticas da vida social e cultural.

A teoria tem assegurado seu poder de conhecimento quanto mais esforçar-se por abandonar a metalinguagem, que conforma o objeto à abstração dos conceitos. Sem atenção às práticas e às condições de existência dos objetos que examina, nenhuma teoria resiste e tampouco se oferece como *resistência*, para usarmos a expressão de Paul De Man. Isso significa que talvez a teoria literária devesse conceber seu objeto, as obras, não apenas como produtos finais, depósito de valores do espírito, mas como produções resultantes de ações humanas concretas inseridas em um sistema cultural (EVEN-ZOHAR, 1999). Uma teoria da literatura de base empírica – no sentido de vincular as obras a ações – poderia assegurar seu poder de resistência à abstração dos discursos. Dessa forma, talvez pudéssemos acreditar numa maior inserção da literatura nas dinâmicas sociais que afinal conferem-lhe diferentes valores e significados.

³ Nos termos de Paul De Man, a retórica é entendida nos termos da vigilância da própria linguagem sobre os mecanismos de produção dos sentidos.

Investigar a literatura na interação com o sistema cultural do qual participam outros fenômenos semióticos (desde as produções artísticas, como também a publicidade, o jornalismo, etc.), implica, mais do que a leitura de sentidos intrínsecos e isolados dos textos, aos quais são aplicadas “teorias”, a compreensão do funcionamento desses sentidos, em diferentes contextos e para diferentes leitores. As regras da teoria, nesse caso, estariam em aberto; seu sistema deveria constantemente ser reconfigurado para estar aberto a novas possibilidades de entendimento.

Nenhuma abordagem teórica da literatura poderia desvinculá-la das condições particulares em meio às quais ela se desenvolve e assume diferentes funções – o que, no limite, nos conduz a um paradigma antropológico de teoria. Desse modo, já não poderíamos falar de literatura como uma entidade homogênea, enquadrada em parâmetros pré-definidos, pois o termo literatura implicaria necessariamente questionamentos do tipo: Que literatura? Para quem? Com que finalidade? Em que condições? Quais as mediações? Considerar a literatura como atividade humana resultante de processos de produção (EVEN-ZOHAR, 1990) muda substancialmente as formas de estudá-la e, com isso, a própria concepção de literatura, ainda hoje entendida como um bem espiritual, portadora de conteúdos morais edificantes.

Colocar a teoria a serviço da cristalização de normas e valores resulta em perda de seu poder de resistência, transformando-a apenas em “discurso”. Sabemos, por exemplo, do grande número de trabalhos acadêmicos na área dos estudos literários que se valem dos aportes trazidos pelas teorias feministas, culturais e pós-coloniais. No entanto, assumidas como conceitos “aplicados” à interpretação das obras em si, tais “teorias”, a despeito de seu teor crítico, nenhuma força são capazes de opor ao “inconsciente epistemológico” (BOURDIEU, 1996), à medida que sua simples aplicação é cega à reflexão sobre os paradigmas que produzem e legitimam o conhecimento literário. Ou seja, o vasto repertório das teorias críticas não tem conseguido ultrapassar, nas suas sucessivas apropriações no campo acadêmico, o domínio de uma teorização auto-suficiente, que não explicita o modo como a literatura torna-se objeto de compreensão para determinados sujeitos em dadas condições sociais e culturais.

Assim, refletir sobre o conhecimento produzido em áreas e disciplinas acadêmicas coloca em pauta a necessidade de um saber que seja capaz de levar seus agentes – professores e estudantes – a compreenderem criticamente o seu envolvimento

no jogo de produção e reprodução de práticas e valores hegemônicos. Tal epistemologia, que entende o objeto, assim como a ação de conhecê-lo, no campo de uma prática social, e não de um fazer científico isolado, determina um constante revisar dos procedimentos que interferem no processo de conhecimento, em face das situações concretas em que ele se produz. Na esteira da crítica de Boaventura de Souza Santos ao paradigma dominante da ciência moderna, trata-se de questionar os esquemas que ratificam o caráter puramente formal do conhecimento. Como alternativa a esse modelo, o autor propõe uma epistemologia pragmática, que alie reflexão teórica à ação: “o centro da gravidade da reflexão epistemológica desloca-se do conhecimento feito para o conhecer como prática social” (1989, p. 49). Tal paradigma, segundo o sociólogo, é mais compatível com a realidade multicultural contemporânea e com a pauta ética de transformação da realidade, rompendo com o silêncio imposto pelos padrões hegemônicos. Assim, Boaventura argumenta que

Os silêncios, as necessidades e as aspirações impronunciáveis só são captáveis por uma *sociologia das ausências* que proceda pela comparação entre os discursos disponíveis, hegemônicos e contra-hegemônicos, e pela análise das hierarquias entre eles e dos vazios que tais hierarquias produzem. O silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida (2002, p. 30).

A concepção de ciência do autor leva em conta as relações entre paradigmas epistemológicos, estruturas sociais e processos culturais. A teoria da literatura, nesses termos, assumiria prioritariamente a função de propor novas formas de vincular o conhecimento das obras à diversidade e à complexidade das práticas sociais, transpondo barreiras epistemológicas que distanciam a literatura da ação sobre o mundo. Assim, a teoria literária orientada para a diferença e a alteridade – pautas tão presentes nos estudos literários contemporâneos – deixaria de ser apenas especulação conceitual para tornar-se ela mesma uma possibilidade de ação política. Dessa forma, a teoria da literatura daria atenção às atividades, funções e sentidos desencadeados pelas obras, levando em conta sua interação com pessoas, grupos, sociedades e culturas. O papel da teoria seria, então, o de buscar uma justificação ética e política para a literatura, tendo em vista a peculiaridade e a diversidade das práticas que a tornam comunicável.

Esse empreendimento envolve a redescrição da teoria, em busca de um novo vocabulário e de novas imagens – enfatizando enfim a sua qualidade retórica, nos termos de De Man – de onde poderiam emergir realidades ausentes, aquelas

sistematicamente ocultadas pela performance dos discursos. É disso que trata o romance de Phillip Roth, que explicita a trama discursiva presente nas relações humanas, amarradas a estruturas institucionais e a convencionalismos sociais. No entanto, ler esta obra do ponto de vista teórico, ou antes, metateórico, não comporta métodos desconstrucionistas, tampouco será produtiva sua vinculação ao arsenal das teorias sobre a identidade (visto que a história do protagonista, Coleman Silk, arma-se em torno do segredo de sua origem negra). Ao desmontar os discursos, revelando os interesses que eles sustentam e as condições objetivas a que eles concretamente respondem, coloca não só sob suspeita as teorias pretensamente explicativas, mas a própria ideia de literatura como discurso revelador de verdades, conforme as interpretações que possam ser feitas sob as mais diversas vertentes teóricas.

Do ponto de vista de uma crítica epistemológica, trata-se de depurar a teoria dos discursos, chamando atenção para a autorreflexividade do conhecimento, evitando com isso a redução da teoria ao palavreado com aparência de explicação. O romance *A marca humana*, de Phillip Roth, constrói-se como uma crítica a essa estruturação da vida codificada pelos discursos, respondendo ficcionalmente à epistemologia moderna, cuja herança cartesiana exclui a linguagem do processo de conhecimento. Num mundo em que as histórias divulgadas na rede, as notícias ouvidas na televisão e as receitas de vida saudável e de felicidade vendidas nas bancas de revistas rapidamente se transformam em verdade, a produtividade da teoria certamente não está no privilégio às polêmicas discursivas que via de regra alimentam disputas de interesses. Se quiser cumprir o seu papel de resistência, a teoria deverá evitar a todo custo a sua transformação em discurso. Nesse sentido é que podemos ler a cena final do romance como metáfora de um novo cenário para a teoria: imagem do encontro com uma linguagem plena de experiência, sua tarefa seria a de cavar a superfície petrificada dos discursos, a nos iludir acerca daquilo que escondem:

Ali estava, senão a história completa, a imagem completa. É muito raro, neste nosso final de século, a vida nos oferecer uma visão pura e tranqüila como esta: um homem solitário sentado num balde, pescando através de um buraco aberto numa camada de gelo com meio metro de espessura, numa lagoa cuja água está constantemente se renovando, no alto de uma montanha bucólica da América (ROTH, 2002, 454).

Referências

- ARISTÓTELES. *Poética*. Trad. Eudoro de Souza. São Paulo: Ars Poética, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994.
- DE MAN, P. *A resistência à teoria*. Trad. Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1989.
- ISER, Wolfgang. *How to do theory*. Blackwell Publishing, 2006.
- OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Ciência da literatura empírica: uma alternativa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, Rejane Pivetta. Pesquisa literária em foco: tendências, possibilidades e impasses. *Nonada Letras em Revista*. Editora UniRitter, Porto Alegre, n. 12, 2009. Disponível em <http://seer.uniritter.edu.br/index.php/nonada/article/viewFile/149/77>
- ROTH, Phillip. *A marca humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. Lisboa: Afrontamento, 2002.
- ZOHAR-EVEN, Itamar. Teoría de los polisistemas. Disponível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-teoria-polisistemas.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2010.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. *La literatura como bienes y como herramientas*. Disponível em <http://www.tau.ac.il/~itamarez/works/papers/trabajos/EZ-Literatura-bienes-herramientas.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2010.